



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL



MARÍLIA SALES MARTINS

**Educação como Prática de Liberdade em praça pública:
a práxis pela cidadania da população em situação de rua de Campinas-SP.**

CAMPINAS
2020

**Educação como Prática de Liberdade em praça pública:
a práxis pela cidadania da população em situação de rua de Campinas-SP**

Trabalho de Conclusão da Residência
Multiprofissional em Saúde Mental e
Coletiva da Universidade Estadual de
Campinas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosana Onocko
Campos

CAMPINAS
2020
MARÍLIA SALES MARTINS

Celebração das contradições/2

Desamarrar as vozes, dessionhar os sonhos: escrevo querendo revelar o real maravilhoso, e descubro o real maravilhoso no exato centro do real horroroso da América. Nestas terras, a cabeça do deus Elegguá leva a morte na nuca e a vida na cara. Cada promessa é uma ameaça; cada perda, um encontro. Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e os delírios, outra razão. Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nessa fé, fugitiva, eu creio. Para mim, é a única fé digna de confiança, porque é parecida com o bicho humano, fodido mas sagrado, e à louca aventura de viver no mundo.

Eduardo Galeano
O livro dos abraços

1. Direitos Humanos, Cidadania e a População em Situação de Rua

A configuração moderna dos Direitos Humanos tem como marco a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, em 1948, em que é afirmado o reconhecimento do instituto de “pessoa” como elemento intrínseco à dignidade de todos. Os Direitos Humanos são definidos como Universais, Naturais, e ao mesmo tempo, Históricos, na medida que são acrescidos de novos direitos ao longo do tempo. Ao produzir essa Declaração, a ONU teria feito mais do que recomendações aos Estados, tendo estabelecido as bases de um novo rumo do direito internacional (MALFITANO; LOPES, 2014). Contudo, há autonomia dos Estados sobre como cada um estabelece sua política, e, portanto, a cidadania dos sujeitos que lhe dizem respeito.

A cidadania refere-se a uma determinada ordem jurídico-política de um país, de um Estado, no qual uma Constituição define e garante quem é cidadão e quais são os direitos e deveres destes. Há uma série de variáveis que perpassam essa definição, como idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar e não em dívida com a justiça penal etc, portanto, os direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania não são universais (BENEVIDES, 1998).

A Constituição Brasileira de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, fixa princípios condizentes aos Direitos Humanos através dos direitos civis, políticos e, principalmente, direitos sociais. Entretanto, é preciso considerar a história do país e a consequente desigualdade social. Com isso, embora a Constituição Brasileira estabeleça parâmetros “rumo a uma sociedade mais justa” (DALLARI, 2007, p.29), estabelecer direitos fundamentais no Brasil passa por um processo de injustiça histórica (DALLARI, 2007).

Não há como desvincular a política - enquanto forma mediadora das relações sociais e disputa de interesses - da construção de pactos sociais sobre aquilo que será coletivamente assumido, sendo através dela o meio pelo qual os cidadãos de um determinado Estado disputam pela entrada de interesses sociais na agenda política e, conseqüentemente, pela sua institucionalidade, e conquistam direitos para a vida em sociedade, no que diz respeito aos direitos sociais (MALFITANO; LOPES, 2014).

Nessa direção, um componente central nesta discussão é a democracia. Para Benevides (2007), direitos e democracia deveriam ser compreendidos como sinônimos e para que isso se concretize, é preciso que toda diversidade de sujeitos, de formas de ser e estar no mundo, estejam na arena política, pois, nas palavras de Telles (1998, p.40), “na voz desses sujeitos e vontades de ultrapassagem das fronteiras reais e simbólicas dos lugares predefinidos em suas vidas”, possam exercer sua cidadania na direção de criar “mundos possíveis, mundos que valham a pena ser vividos” (TELLES, 1998, p.40).

Por isso, Demo (1995) define “cidadania” como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (DEMO, 1995, p.1), entendendo a cidadania para além do usufruto de ações estatais por meio de políticas públicas, mas como um processo emancipatório que fundamenta-se na capacidade crítica dos sujeitos e, tendo-a como base, na

intervenção na realidade de modo alternativo. Assim, o maior desafio da cidadania é a eliminação da pobreza política (DEMO, 1995).

O autor considera que a cidadania pode se dar de diferentes formas:

A cidadania tutelada é aquela marcada pelo clientelismo e paternalismo por parte do Estado com o objetivo de manter a população atrelada aos projetos políticos e econômicos de uma elite econômica e política, que manipula as maiorias através da reprodução da pobreza política, dificultando a construção de uma consciência crítica e competência política para modificar a relação de tutela (DEMO, 1995).

A cidadania assistida permite alguma elaboração da noção de direito, sendo uma forma mais amena de pobreza política. Entretanto, ao preferir a assistência à emancipação, reproduz igualmente tal pobreza, não se implicando a equalização das oportunidades, maquiando a marginalização (DEMO, 1995).

Para que a cidadania seja plena, além de que sejam gozados os direitos políticos, civis e sociais, é necessário que se construa a cidadania emancipada: “O processo emancipatório constitui um fenômeno profundo e complexo, de teor tipicamente político, e que supõe, concretamente, a formação de um tipo de competência, ou seja, de saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino”(DEMO, 1995, p.133). Para isso, é preciso que nem a cidadania tutelada nem a cidadania assistida sejam o escopo das políticas sociais, mas que estas sejam efetivadas “perpassando pela prioridade estratégica para a educação e o conhecimento, a promoção do bem-estar e dos direitos humanos, a identidade cultural, a organização política” (JÚNIOR; COSTA, 2016, p.237).

Ao buscar que se construa uma cidadania plena, é importantíssimo que não se perca de vista suas dimensões coletiva e equitativa, a diversidade, e o caráter de direitos à dignidade humana e ao respeito. Pois, se - ao contrário da dimensão emancipatória e transformadora do reconhecimento de si e de todos como pessoas, - individualizar as discussões sobre cidadania, não compreender a ideia de justiça social associada à de equidade, e desconsiderar a importância dos sujeitos saberem sobre seus direitos a ponto de conseguirem organizarem-se coletivamente para que sejam garantidos, a cidadania que estará sendo vivenciada será uma cidadania tutelada ou assistida: raza e controladora.

A organização coletiva a qual refere-se aqui se dá devido à Solidariedade Cívica ou Cidadã, que “pode ser caracterizada também como a disponibilidade de ajudar os concidadãos no desenvolvimento das suas capacidades básicas e, portanto, do seu respeito de si (PINZANI, 2009)”. Trata-se da questão acerca dos indivíduos poderem “ajudar seus concidadãos a sair de uma situação objetivamente humilhante” (PINZANI, 2009) através da solidariedade.

No pensamento de Levinas (1987), devido a solidariedade surgir anteriormente à cidadania política, ela revela-se um elemento básico para a constituição intersubjetiva que é a responsividade - entendendo a responsividade pelo pensamento de Habermas (2002) como “experiência de que cada um deve fazer-se responsável pelo outro, porque todos devem estar igualmente interessados na integridade do contexto vital de que são membros” (HABERMAS, 2002, p. 75-76 apud MELO, 2019, p.31).

Portanto, a Solidariedade é extremamente necessária nas relações políticas, pois é o “aglutinador social necessário para uma sociedade equilibrada,

com liberdade civil e justiça social aplicadas” (DIAS, 2016, p.200), uma vez que ela se dá para além de interesses “egoístas” e portanto sendo um instrumento que possibilita a recusa da indiferença com o Outro, do autoritarismo e do totalitarismo (DIAS, 2016, p.200).

A solidariedade cívica pode levar à mobilização social, que é uma via de combate às incongruências entre o Estado de direito e a violação de direitos sociais (MELO, 2019). Uma das formas de interação entre Estado e sociedade civil no que diz respeito às políticas públicas, é através das instituições participativas, que são formalmente organizadas e vinculadas às estruturas do Estado, abrindo a possibilidade - mesmo que com diversos desafios - que a sociedade civil esteja integrada na gestão pública, na direção da consolidação da democracia (MELO, 2019).

No contexto das questões acerca da cidadania e dos direitos sociais, interessa considerar a importância da solidariedade cívica e do trabalho desenvolvido pelas organizações civis dentro do processo de efetivação dos direitos sociais através das políticas públicas da população em situação de rua sem desresponsabilizar o Estado das medidas que lhe cabem.

Pelo fato de a população em situação de rua viver à margem da sociedade, enfrentando inúmeros desafios para uma existência digna (sendo esta a “máxima” no que diz respeito à fruição dos direitos sociais), e devido a cidadania ser imbricada com a conjuntura social, as políticas sociais para a esta população são extremamente importantes, diante do caráter central do Estado na intervenção social (JÚNIOR; COSTA, 2016).

Para os autores, existem oito barreiras para uma efetiva cidadania para a população em situação de rua, ligadas à condição especial que está submetida, ao modelo econômico vigente no Brasil, à ótica sobre as políticas sociais implantadas pelo Estado, entre os outros fatores (JÚNIOR; COSTA, 2016). Sinteticamente, são elas:

- a dificuldade de pesquisa, mapeamento e conhecimento mais detalhado sobre as pessoas em situação de rua;
- considerar a situação de rua como um estado, e não como um processo, tolhendo as esperanças de superação, bem como retratar a rua como uma possível moradia;
- a dificuldade de cientificação da população em situação de rua acerca dos direitos que lhe pertencem;
- a ausência de voz direta e de representatividade política das pessoas em situação de rua nos espaços públicos.
- o estabelecimento de um mínimo social, de um padrão de vida básico ou de um padrão de vida ótimo para a população em situação de rua, na conjuntura da Lei Orgânica da Assistência Social;
- o tratamento homogeneizante do Estado para com a população em situação de rua;
- o caráter assistencialista que pode assumir as políticas sociais para a população em situação de rua, não como uma medida emancipatória;
- a intimidade atual do cenário político brasileiro com o neoliberalismo;

Os autores afirmam que o direcionamento neoliberal do Estado vai em sentido oposto à propostas constitucionais de políticas sociais de seguridade social, uma vez que tem como essência a menor ação do Estado e maior liberdade econômica ao mercado, apostando que este regule as questões sociais, o que acaba por favorecer o individualismo e não o igualitarismo (JÚNIOR; COSTA, 2016). Assim, devido a orientação preponderantemente social que norteia a Constituição Federal brasileira, a aceitação da política neoliberal é essencialmente inconstitucional (JÚNIOR; COSTA, 2016).

Portanto, é de extrema importância não dissociar a defesa da cidadania do olhar crítico ao neoliberalismo. O Estado ocupa um caráter central na intervenção social pois a diminuição da intervenção estatal contribui para o agravamento da desigualdade social, e quando há uma situação extrema como a situação de rua, reduz ainda mais as perspectivas de reinserção social, obtenção de emprego, de educação, de segurança, e da superação de outras condições vulneráveis das quais as pessoas em situação de rua estão envolvidas (JÚNIOR; COSTA, 2016).

2. A práxis pela cidadania plena

Esses temas - os direitos humanos, direitos sociais, a cidadania, o papel do Estado, etc - são temas bastante discutidos academicamente, porém, apesar de relacionem-se de forma muito direta com as possibilidades de vida das pessoas - de participação da vida social, e as formas de sobreviver, viver e produzir vida - ainda assim acabam por parecer muito abstratas, como se pouco estivessem no cotidiano, pois há a naturalização da não efetivação dos direitos, e até mesmo a culpabilização individual de cada pessoa pelas condições sociais de sua vida. Nas palavras de Paulo Freire (1994, p.21), “é que a realidade opressora, ao constituir-se como um quase mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências”.

Há vários fatores histórico-sociais, culturais, econômicos, entre outros, que levam a essa naturalização das opressões, da violência e da desigualdade, mas é preciso que se tenha cuidado para que não acreditemos que essa naturalização e a vivência concreta do sofrimento social são, por si, impossibilitantes da transformação destas relações pelos oprimidos, pois essa visão poderia levar à ideia de que essas opressões só poderiam ser mudadas se houver um herói que não estivesse naquele grupo de oprimidos, com percepção de mundo “mais ampla, menos alienada”, para os salvar de suas mazelas. Pelo contrário: “Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?” (FREIRE, 1994, p.17).

Paulo Freire contribuiu de forma importante para o pensar e agir sob as opressões dos opressores-oprimidos para com os outros opressores-oprimidos, e o papel dos educadores, enquanto agentes de ação na cultura, estendendo o entendimento de educação para além da educação escolar conteudista (e “bancária”), mas como uma forma de humanização através do diálogo, de

conscientização sobre as opressões e de ação coletiva dos próprios oprimidos para a transformação das relações de opressão.

Ao considerar que os oprimidos precisam de heróis, parte-se de uma concepção mecânica da consciência, que a vê como algo vazio a ser enchido, um dos fundamentos implícitos no que Paulo Freire (1994, p.38) denomina como visão “bancária”, que embasa a “educação bancária”: “a educação como prática da liberdade, ao contrário naquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (FREIRE, 1994, p.40).

Na contraposição desta, o autor propõe que realizemos uma “educação como prática de liberdade”, que, na contraposição da educação bancária, entende os homens como “corpos conscientes” e a consciência como “consciência intencionada” ao mundo, portanto não baseia-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas sim uma educação da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1994, p.38).

Sua contribuição é importante para pensar a efetivação da cidadania plena, porque atenta para a necessidade da *práxis*, da reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, pois sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos (FREIRE, 1994, p.21).

Ou seja: quando se diz que uma cidadania plena é aquela que é emancipatória, que não visa reiterar a relação opressiva que se inscreve no autoritarismo do Estado e do mercado - quando os direitos sociais são garantidos superficialmente e com tom de *favor* ou *caridade* à serviço de interesses econômicos e políticos das classes opressoras, e não da justiça social - de que se está falando concretamente? Está se falando de lutar, na arena política e na política do cotidiano, por esta cidadania:

Para a existência da cidadania, é necessário que os sujeitos ajam e lutem pelos seus direitos, trazendo os assuntos aos olhos do político, transformando o cotidiano. A revolução interna, logo, deve configurar o estopim para uma cidadania plena, rompendo-se com o autoritarismo e com o consumismo típico do capitalismo, inclusive com a participação política democrática, dirigindo os sujeitos ao mundo utópico (JÚNIOR; COSTA, 2002, p.73).

E para que os oprimidos possam mudar a realidade opressora, é preciso que a partir de sua vivência concreta da opressão, junto aos que com eles em verdade se solidarizam, através de uma educação problematizadora desenvolvam uma consciência crítica da opressão, na *práxis* desta busca (FREIRE, 1994, p.21).

Enquanto organizações coletivas na luta pela cidadania, existem diversos Movimentos Sociais - entre outras organizações coletivas de diversas ordens - e existem os espaços institucionalizados de Controle Social (como são por exemplo os Conselhos Locais dos serviços de Saúde e de Assistência Social, as Conferências de Saúde e de Assistência Social, etc), que foram criados exatamente na perspectiva de que as políticas públicas possam ser mais

democráticas. Porém, a preconização desses espaços não é sinônimo da garantia de efetivação dos mesmos, bem como a orientação democrática destes espaços não significa horizontalidade entre os agentes envolvidos, pois os jogos de interesses envolvidos pelas relações de poder sempre estarão presentes na arena política.

Enquanto trabalhadores do Estado na perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e sociais, e da democracia, é importante e estratégico que se utilize deste lugar para contribuir com a organização coletiva para o Controle Social na busca de uma cidadania plena. E essa contribuição não seria "dar voz" às pessoas assistidas, mas sim criar espaços para *ouvir* a voz destes grupos, de forma atenta para como as vivências pessoais estão inseridas nos contextos socioeconômicos, e apoiar a articulação destes na construção de uma cidadania emancipatória.

Nessa direção, a Terapia Ocupacional Social tem a agregar como perspectiva para prática profissional com populações que têm impedimentos e/ou dificuldades socioeconômicas para o acesso aos seus direitos sociais, uma vez que coloca em foco a dimensão macroestrutural em que estes grupos estão inseridos, a fim de realizar intervenções no nível microestrutural, através de "tecnologias de cuidado próprias voltadas a dimensão social da vida" (MALFITANO, 2016, p.123-124).

A terapia ocupacional social está voltada ao desenvolvimento de ações pela busca de emancipação e autonomia dos sujeitos que têm impedimentos e/ou dificuldades socioeconômicas para o acesso aos seus direitos sociais, a partir de uma perspectiva coletiva da apreensão da realidade dos grupos populacionais, pois as manifestações individuais denotam problemáticas sociais como marca subjetiva de cada um:

Kleinman, Das Lock propõe o conceito de sofrimento social, assinalando a origem coletiva e de classe que muitas questões assumem, para abordar teoricamente temáticas contemporâneas, relacionadas a violência, ao gênero e seu "carimbo" na história de vida dos sujeitos individuais, mas que se origina, na realidade, de uma condição coletiva. Lidar com o sofrimento social implica em apreender as desigualdades sociais e não tecer a individualização das explicações para os fenômenos sociais (MALFITANO, 2016, p.125).

Neste sentido, o foco das intervenções, sejam elas realizadas com sujeitos individuais ou com coletivos, é voltada a ações que atinjam as questões sociais que perpassam o cotidiano destas pessoas, devido a posição social que se encontram, procurando a ampliação de oportunidades e possibilidades, mirando na mudança do cenário social.

A proximidade entre as ideias de Paulo Freire e da Terapia Ocupacional Social não são por acaso, visto que o desenho desta se baseia na pedagogia do oprimido, entendendo a educação como prática de liberdade como práxis para a mudança social. Compartilha-se, portanto, a compreensão de que "a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica" (FREIRE, 1994, p.5).

O trabalho da Terapia Ocupacional, portanto, é direcionado para o diálogo com os grupos oprimidos, na direção da dialética entre a conscientização sobre as questões macrossociais e desvelamento das razões de ser de uma dada situação, e da ação transformadora desta realidade que se projeta, através da articulação de recursos no campo social e de políticas públicas, da dinamização da rede de atenção, de acompanhamentos singulares e territoriais e da realização de oficinas de atividades, dinâmicas e projetos (LOPES, 2016, p.44-45; MALFITANO, 2016, p.125).

Nessa perspectiva, compreende-se a população em situação de rua como um fenômeno social, para além da vida de cada sujeito, ao mesmo tempo que entende-se a singularidade da vida de cada indivíduo. Com isso, este trabalho apresenta parte das minhas reflexões acerca das ações realizadas no meu campo de prática que estive inserida durante o ano de 2019 enquanto residente do segundo ano da Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Saúde Coletiva da Unicamp, junto à equipe do Consultório na Rua de Campinas/SP, que foram realizadas a fim de contribuir para a construção da cidadania plena da população em situação de rua através da educação e ação política, a partir das “oficinas de Direitos Humanos e Cidadania” nos campos de trabalho do Consultório na Rua de Campinas, e do grupo “Cidadania e Organização Popular” realizado em parceria com o Centro Pop Sares II de Campinas. Os relatos aqui utilizados foram baseados nos registros particulares de diários de campo realizados durante este período.

3. Educação Política nas praças: As Oficinas de Cidadania nos “campos fixos” do Consultório na Rua

O Consultório na Rua (CnaR) é um equipamento itinerante de saúde que integra a Rede de Atenção Básica, devendo seguir os fundamentos e as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Básica. Por isso, trabalha em parceria com as unidades básicas de saúde, com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), entre outros equipamentos da Saúde e da Assistência Social, priorizando que a assistência e o cuidado sejam realizados no próprio território de rua (BRASIL, 2012).

A equipe do Consultório na Rua de Campinas se organiza em “campos fixos” e “campos móveis”. Nos chamados “campos fixos”, arma-se uma barraca no local, em geral praças de diferentes pontos da cidade em que há concentração e seja fácil acesso para a população em situação de rua, onde é oferecido atendimento médico, cuidados de enfermagem, atendimentos individuais com o psicólogo, atendimentos individuais com a assistente social, ações dos redutores de danos, atendimentos individuais e oficina de ateliê com a terapeuta ocupacional, e oficina de música.

Passei a realizar em alguns destes “campos fixos” as “oficinas de cidadania”, como um espaço para formação política construída através do diálogo com a população em situação de rua, a partir de seus saberes e experiências, com o objetivo de conscientização sobre as opressões sociais, sobre direitos

políticos, sociais e civis, e instigar a mobilização para a luta pela efetivação destes direitos.

A estratégia que foi progressivamente construída para realizar esta oficina foi, primeiramente a parceria com um redutor de danos que realiza a oficina de música. Começamos realizando rodas de conversa depois da oficina de música, puxando temas em relação às políticas públicas que atingiam diretamente muitas das pessoas em situação de rua, como por exemplo as mudanças na lei sobre drogas, as leis de internação compulsória, entre outras.

Num segundo momento, passei a levar alguns disparadores para discussão na forma de instalações na praça. Através das Oficinas de atividades, na perspectiva da TO Social, busca-se criar nexos entre a dimensão sociopolítica e cultural dos diferentes fazeres que permeiam os cotidianos através do potencial transformador das atividades, favorecendo a autovalorização de sujeitos e possibilitando a produção de vida com sentidos, na direção da emancipação pessoal e social (LOPES, 2016).

Na praça conhecida como a “praça da cidadania” (por ficar ao lado de um dispositivo municipal que é um lugar para que voluntários sociais possam distribuir alimentação, e onde há chuveiros para se banhar), um varal com o questionamento “o que é cidadania?” e um “documento de identidade” ao lado, para provocar a discussão: cidadania é ter documentos, estar devidamente identificado pelo e para o Estado, para que muitas vezes apenas com esses documentos, se possa acessar serviços públicos?

Alguns poucos homens se aproximaram da instalação com curiosidade, perguntaram do que se tratava, eu devolvo a pergunta, então seguiu-se o diálogo:

- cidadania é você ter seus documentos, a identidade, mas mesmo que você não tenha, que tenha perdido, você também é cidadão - disse um deles
- cidadão é também você ver um lixo no chão e pegar mesmo que não foi você que jogou porque todo mundo usa a rua - disse o outro
- porque você acha que cuidar do espaço que é de todo mundo tem a ver com cidadania? - pergunto a ele
- isso não é ser cidadão, isso é ter educação - responde o primeiro, antes que o segundo pudesse responder

Então o terceiro participante entrou na discussão:

- mas cidadania tem a ver com educação, se você não tem estudo, tipo eu, tenho uma profissão, tenho experiência, mas já recusaram vaga pra mim porque só tenho até a sexta série, isso é cidadania, ter direito a educação, tem um monte de nós aqui que são analfabeto, você sabia? agora ao em vez de ver essas coisas, fazem o que? dão comida, um banho sem nem toalha, e chamam de Casa da Cidadania, isso não é cidadania, a gente não precisa só de comida não, ainda que comida a gente arruma magueando, come no Bom Prato ... esse tanto de gente, um monte de ONG, de igreja, que vem dar comida aqui, se cada um deles juntasse com a gente pra exigir melhorias junto com a gente já ajudava muito mais.

A conversa continuou de forma breve sobre como “ter educação” foi colocado em discussão sob dois sentidos diferentes, e como cada um deles se

relaciona com o que estava se entendendo por Cidadania, e logo ficou dispersa. Porém, foi possível iniciar uma conversa sobre como a ideia de cidadania está muitas vezes atrelada à ideia de cuidado do espaço público de forma individualizada em prol da convivência coletiva (vide às campanhas bem comuns sobre “jogar lixo no lixo” ser um “gesto de cidadania”, ou algo do tipo), e, ao mesmo tempo, também está relacionada com a garantia de direitos sociais básicos como a alimentação e à educação.

Para além disso, estas falas também têm a ver com forças de diferentes atores sociais (como os voluntários que distribuem comida, junto à população em situação de rua) para exigir que o poder público se responsabilize pela garantia destes direitos. Essa última visão se relaciona mais com a ideia de cidadania plena, e da crítica ao direcionamento neoliberal do Estado (JÚNIOR, COSTA, 2016), que se desresponsabiliza da garantia dos direitos sociais desta população, deixando estes como atribuição de organizações civis.

Outro tema abordado, utilizando do mesmo recurso anterior do “documento de identidade”, mas agora trocando os questionamentos instalados na praça, foi o tema Identidade. Esse tema pode ser abordado por diversas concepções, mas surgiu enquanto tema disparador uma vez que o recurso utilizado era uma “carteira de identidade”, que é um dos documentos criado pelo Estado e requerido por ele para que se possa acessar a maioria dos serviços públicos. Então, perto do grande “documento de identidade” instalados na praça, havia também as perguntas “o que é identidade?” “o que faz você se identificar?” “com o que você se identifica?”

Havia um homem em situação de rua próximo enquanto eu instalava os questionamentos pelo espaço, ele diz:

- Identidade é as duas coisas, é o documento e a identidade de si mesmo, mas eu por exemplo já perdi minha identidade faz tempo - diz um homem que estava próximo
- Como assim perdeu a identidade? - pergunto
- Ah antes eu tinha um trabalho, uma família, ia na igreja tudo certinho, daí com a droga descambei na vida, não tem mais nada disso (homem)
- Mas isso quer dizer que você perdeu sua identidade? (eu)
- Perdi né, perdi tudo (homem)
- Mas o que é Identidade pra você? (homem)
- Ah Identidade é quando a gente diz o que a gente é, e o que é que eu sou agora? (homem)

Nesse momento, um outro homem observava nossa conversa, incluo ele perguntando-o:

- E você, acha que identidade é o que?
- Ah Identidade tem a ver com o que você se identifica né, o que você gosta, e também como os outros veem você, tipo, identificam você (ele responde)
- Com o que você se identifica, por exemplo? (eu)
- Ah eu gostava de andar de skate, e tipo, skate tem uma identidade né, só que faz tempo que eu não ando (ele responde)

- Pode crer, tinha época que eu gostava de sair, de ir pro pagode, de zuá, depois teve uma época que nem dava vontade mais de fazer essas coisas, os gostos mudam né (diz o primeiro homem)
- Vocês acham que identidade é sempre uma coisa boa? (eu)
- Não né, tem isso de quando você vê que rumo que sua vida tomou as vezes você fica tipo quem que sou eu agora, ta ligado? (diz o primeiro homem, enquanto o segundo homem é chamado por outra pessoa e se retira).

Mesmo que a conversa tenha caminhado para diversas concepções acerca do tema Identidade (enquanto grupos que têm interesses em comuns, e enquanto papéis sociais), logo em seguida a conversa partiu para questões pessoais da trajetória da vida de cada um através de um discurso culpabilizador de si próprio, descolado de contextualizações acerca das questões macroestruturais como as opressões de classe social, de raça, e os direitos humanos, sem haver brechas para colocar estes contrapontos para diálogo.

Outro tema abordado nas oficinas, também através de um varal instalado no espaço, foi com novamente a pergunta “O que é Cidadania?”, dessa vez ao lado de papéis escrito “Estado Democrático de Direito”, “Direitos Civis”, “Direitos Sociais”, “Direitos Políticos”. A ideia era gerar a discussão sobre a relação entre os Direitos Humanos e os Direitos Constitucionais conquistados no Brasil, que deveriam ser respeitados e garantidos pelo Estado.

Um dos usuários do Consultório na Rua, um homem em situação de rua se aproxima e começa a conversa dizendo que os direitos são “só na teoria”, porque na prática não tem o direito de ir e vir:

- Não tem essa de que pode ir e vir, tipo assim eu to aqui na praça com os cara de boa, a praça é pública, certo? mas vem “os cara” (se referindo à segurança pública) e tira todo mundo, isso porque? porque não tem liberdade. Liberdade é você poder fazer o que você quiser desde que não atrapalhe a liberdade do outro. Eu to aqui na rua porque eu gosto, porque eu tenho mais liberdade aqui, só que acontece essas coisas que tira nossa liberdade. E agora com esse governo desse Bolsonaro, esse Bolsonaro ele acha que é maior que isso aqui ó (aponta para o varal na árvore com as instalações), maior que a Constituição, ta ligado? o cara faz tudo que quer, tá nem aí!

Conversamos um pouco sobre como nenhum governo deveria ser “maior” que a Constituição e sobre ela ter sido escrita após um longo período de ditadura militar, construída com a participação de muitos movimentos sociais, e da importância de se organizar em coletivo, o que inclusive faz parte dos Direitos Políticos. Logo ele se despediu e se foi.

Pouco depois um outro usuário do Consultório na Rua, se aproxima e começa sua fala dizendo “a cidadania não é igual pra todo mundo”, e em seguida relata muitas histórias de extrema violência por parte de agentes de segurança pública para com pessoas em situação de rua, e de episódios em que estes agentes do estado demonstram poder através da coerção. Inclusive, ele coloca que nunca fez denúncias sobre estes acontecimentos porque assim estaria colocando em risco não apenas a si próprio como outros companheiros da rua. A

conversa segue com conteúdos mais pessoais de sua história de vida, em que eu tentava apontar algumas falhas a garantia de direitos sociais que estiveram presentes nesta história, a fim de trazer a tona um olhar macroestrutural que perpassa sua trajetória, que se contrapõe à culpabilização individual presente no discurso do “fracasso pessoal”.

Com isso, retomo a fala de Paulo Freire sobre como os oprimidos se sabem oprimidos, uma vez que se encontram imersos na realidade opressora. Porém sentirem-se oprimidos pela concretude da opressão não está necessariamente relacionada à um olhar crítico sob tais realidades. E proporcionar condições para que os oprimidos possam fazer esta leitura crítica e agir com ela sobre a realidade - práxis - é a intenção da educação como prática de liberdade.

Tenho refletido sobre como essa é uma tarefa difícil de ser realizada, e como na dinâmica com que aconteceram as oficinas não proporcionavam um melhor cenário para tanto, uma vez que as pessoas passavam, por diversos motivos, de maneira muito rápida e pontual pela oficina, e como o diálogo no “um a um” levava as conversas para questões pessoais de uma forma com que eu tinha dificuldade de trazer pontos para a reflexão que se tratassem das questões sociais macroestruturais que estavam implicadas naquelas histórias. Também por não conseguir formar grupalidades nas oficinas, era muito mais difícil, por parecer muito abstrato, dizer de organizações coletivas para a luta pela cidadania e contra as opressões.

4. O “Grupo Cidadania e Organização Popular”: Articulação Intersectorial para a Educação Política e Incentivo à Mobilização Social

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), é um serviço de natureza pública e estatal que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e volta-se especificamente para o atendimento especializado à população em situação de rua. O Centro POP deve “representar espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito” (BRASIL, 2011). Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se “proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social” (BRASIL, 2011).

Outro direcionamento da ação na perspectiva da Terapia Ocupacional Social é a articulação de recursos no campo social, “compreendida como estratégia de intervenção que se tece envolvendo as ações focalizadas em determinados indivíduos, grupos, coletivos, comunidades, até aquelas do nível da sociedade civil, da ação política e da gestão” (LOPES, p.45). Neste sentido, no início do meu campo da residência, fui conhecer o trabalho do “Centro Pop Sares II” com o intuito de pensar possíveis parcerias e articulações de rede.

Entre as ofertas do serviço, tive conhecimento de que havia um grupo - que naquele momento estava em uma fase de um novo início - que se chama “Cidadania e Organização Popular”, realizado por um assistente social, que

acontece no mesmo período do campo do Consultório na Rua na praça Largo do Pará, que é geograficamente próximo ao Centro Pop.

Após alguns meses retomei o contato com o Centro Pop e fui conhecer a atividade do grupo Cidadania que, naquele momento, já estava um pouco mais estruturado, com um coletivo de usuários do serviço que participavam de forma mais frequente, já começando a uma grupalidade. No dia em que fui conhecer o grupo, o tema do encontro era que o acontecimento da semana seguinte, que seria a participação na reunião extraordinária do Comitê Gestor Intersetorial Permanente de Acompanhamento e Monitoramento do Plano Intersetorial de Atenção à População em Situação de Rua (“Comitê Pop Rua”) em que a pauta do encontro seria para propor sugestões visando subsidiar a construção da Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua.

O Comitê Gestor Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento foi instituído em caráter permanente pelo decreto nº 19.874 DE 14 de maio de 2018, com atribuição de acompanhar e monitorar o Plano Intersetorial de Atenção à População em Situação de Rua de Campinas, que dará subsídios à construção da Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua.

O Comitê tem como função promover a intersectorialidade, propiciando integração na execução das ações ligadas à atenção da população em situação de rua de Campinas, e também contribuir no processo de planejamento, articulação e condução das etapas de construção da Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua e favorecer as tomadas de decisões, a resolução de situações adversas e agilizar os processos administrativos necessários.

Neste decreto, está posto que o Secretário Municipal Executivo do Gabinete do Prefeito poderá convidar outros órgãos, instituições, entidades públicas ou privadas, bem como profissionais e especialistas de diferentes áreas, para participarem de reuniões, seminários, ou qualquer outro evento, com o objetivo de aprofundar a análise do tema e propor sugestões por intermédio do Comitê Gestor Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, que visem subsidiar a construção da Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua

No entanto, a composição representativa do Comitê Municipal, oficializada no mesmo decreto, é de um representante titular e um representante suplente de quinze órgãos públicos municipais, mas não garante em sua composição a representação da sociedade civil, pois a participação desta está apenas sob caráter de consulta através de convites do Comitê :

“Art. 12. O Comitê Gestor Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento definirá o cronograma de reuniões com a sociedade civil por meio das Organizações da Sociedade Civil (OSC), trabalhadores dos serviços para a População em Situação de Rua, usuários dos serviços e demais interessados, para discussões referentes à construção da Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua” (decreto nº 19.874 DE 14 de maio de 2018).

No encontro do “grupo Cidadania” do primeiro dia que participei, havia cerca de nove usuários do Centro Pop e dois profissionais do serviço. O grupo acontecia semanalmente no Centro Pop, é um grupo aberto, portanto algumas pessoas participam apenas uma vez, outros participam um tempo como ouvintes mas não permanecem durante todo o encontro. A condução do grupo era realizada pelo assistente social, que explicava o que era aquele evento que aconteceria na semana seguinte e a importância da participação da população em situação de rua neste dia, uma vez que não existem espaços formalizados para que a mesma tenha voz direta e de representatividade política das pessoas em situação de rua nos espaços públicos.

Essa distância entre a população em situação de rua e Estado é apontada por Júnior e Costa (2016) como uma das barreiras para a cidadania para essa população, uma vez que, nos termos da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 95,5% dos sem-teto não participam de qualquer movimento social ou de qualquer atividade associativa, e 61,6% não possuem título de eleitor e, conseqüentemente, não votam. Portanto, a composição da população em situação de rua nos Comitês Intersetoriais de Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas talvez seja o canal de comunicação mais estruturado e permanente para esta população.

O encaminhamento deste encontro foi a organização do grupo para estar presente de forma ativa e participativa no então encontro organizado pela Executiva do “Comitê Pop Rua” na semana subsequente, participando nos momentos de microfone aberto colocando suas experiências enquanto pessoas em situação de rua, trazendo à tona a eficácia ou não dos serviços públicos já existentes, e provocando questionamentos que julgarem pertinentes referente às ações municipais para com esta população.

Na semana seguinte, quatro homens usuários do Centro Pop que participam do grupo Cidadania estavam de prontos na frente do serviço para irmos juntos para o encontro em que seriam propostas sugestões visando subsidiar a construção da Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua. Uma mulher em situação de rua, que já foi uma das lideranças do Movimento Pop Rua em Campinas em uma época em que o Movimento Nacional da Pop Rua estava mais fortalecido na cidade, foi à reunião também junto de seu companheiro. Uma outra mulher situação de rua também foi ao evento de forma independente do grupo Cidadania.

O evento aconteceu no prédio da “academia campineira de letras”, um prédio pomposo, cuja arquitetura faz alusão internamente a um tribunal e externamente à um prédio da Grécia antiga. Estavam lá representantes de diversas secretarias municipais. Num primeiro momento, foi explanado pelo representante do gabinete do prefeito as ações já concretizadas para atender a população em situação de rua, e as que estavam sendo articuladas para a construção da política municipal da pop rua, e depois aberto microfone para fala.

Então algumas das pessoas em situação de rua fizeram o uso deste espaço para trazer alguns questionamentos e pedidos de posicionamentos em relação à diferentes frentes de atenção à população em situação de rua, colocando suas avaliações dos serviços à partir de suas vivências cotidianas, e

inclusive fazendo, corajosamente, algumas denúncias de negligências por parte de alguns agentes do Estado.

A reunião foi tensa e bastante explícita no que diz respeito às relações de poder ali postas, porém, frente à organização e assertividade na participação da população em situação de rua ali presentes, mesmo tendo havido falas intimidadoras por parte de alguns representantes das secretarias, houve uma abertura para a participação da pop rua na próxima reunião da executiva do comitê pop rua, que então teria como pauta a participação de representantes da sociedade civil no comitê.

Ao final do evento, o grupo Cidadania se reuniu, junto com as outras pessoas em situação de rua que estavam presentes que não participam do grupo do Centro Pop, e foi compartilhado as impressões e emoções pessoais de cada um com o que havia acontecido. Esse encontro finalizou com uma vontade explícita de se fortalecer enquanto organização grupal para tensionar mais vezes e em mais espaços junto às autoridades, por seus direitos sociais pela efetivação e ampliação a política municipal para a pop rua.

Nos próximos encontros do grupo no Centro Pop, foi possível perceber que aqueles que estiveram no referido evento passaram a se reconhecer enquanto grupo após este evento. Alguns começaram a estudar sobre direitos sociais, com os materiais disponibilizados no Centro Pop, e passaram a falar com outras pessoas em situação de rua sobre a construção que estava sendo feita, convidando para participarem.

Os encontros seguintes do grupo foram todos voltados à negociação com o “Comitê Pop Rua” sobre a composição da sociedade civil, em especial à população em situação de rua. Como preparação para esta negociação, discutimos a composição dos comitês nacional, estadual e de alguns municípios, para termos como base para a negociação de quantos representantes de pessoas em situação comporão o Comitê de Campinas.

Pelo decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua é integrado por um representante e respectivo suplente de nove órgãos públicos, e por nove representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

Portanto, a representatividade do poder público e da sociedade civil se dava de forma paritária. Alguns estados se basearam neste formato para formar seus comitês estaduais, e no grupo Cidadania consideramos que seria interessante replicar também este formato para o comitê do município. Embora o comitê municipal já existisse sem que a sociedade civil participasse de forma integrante, o grupo estava se organizando para reivindicar tal composição do comitê.

Em um dos encontros do grupo, surgiu a ideia de começar as reuniões em lugares públicos na praça Largo do Pará, uma vez que no mesmo dia e horário que acontece o grupo de Cidadania no Centro Pop, acontece também nessas praça, muito perto dali, o trabalho do Consultório na Rua em que muitas pessoas

em situação de rua vão em busca dos atendimentos médicos e das oficinas, portanto seria um lugar propício para aglutinar mais participantes, e além disso, trazer mais visibilidade da sociedade civil como um todo, para além das pessoas em situação de rua: “A praça é pública, muita gente passa por lá, a gente vai ter mais visibilidade, vai ocupar um lugar público de um outro jeito, as pessoas vão passar e ver um monte de gente junta conversando e vai ficar curioso, chegar perto pra ver o que tá rolando”. Assim, ficou combinado que o próximo encontro do grupo cidadania seria na reunião da executiva do comitê pop rua, e o seguinte seria na praça Largo do Pará.

No dia da Reunião da Executiva do “Comitê Pop Rua”, que aconteceu na prefeitura de Campinas, com a pauta “Como se dará a representação dos moradores em situação de rua e da Comissão de Direitos Humanos da OAB no Comitê Gestor Permanente para a construção da Política Municipal Intersectorial para atendimento à População em Situação de Rua”, estavam presentes os representantes do saúde, da assistência social, da segurança pública, do gabinete do prefeito e uma articuladora administrativa, que compõe a executiva do “Comitê Pop Rua”.

Para além do comitê, estavam presentes alguns profissionais da assistência social de diferentes serviços, junto a alguns usuários destes serviços (como os participantes do grupo Cidadania do Centro Pop, e também usuários de algumas casas de passagem), eu enquanto residente, uma pesquisadora de um grupo de estudos da Unicamp que realiza pesquisas e projetos de extensão com a população em situação de rua, e também algumas outras pessoas em situação de rua ou que já estiveram em situação de rua que foram à reunião de forma independente aos grupos e instituições ali presentes.

A reunião é conduzida pelo representante do gabinete do prefeito, que primeiro fez uma breve apresentação do Comitê e de duas ações, o que levantou vários questionamentos e discussões das pessoas em situação de rua ali presentes acerca das políticas públicas para a mesma e das situações concretas que vivenciam. Me parecia que ainda não estava muito claro para a maioria das pessoas presentes enquanto sociedade civil, sobre o que cabia ou não naquela reunião sob aquela pauta.

Assim, naquele momento a participação da população em situação de rua foi bastante ativa no momento em que a discussão que foi gerada sobre os dados apresentados pelo gabinete do prefeito, porém a defesa pela forma de composição do comitê pela sociedade civil, trazendo dados de como é realizada em outros municípios e na instância estadual e nacional, ficou naquele momento mais focada nos trabalhadores de serviços de atenção à população em situação de rua.

Talvez isso tenha contribuído para a forma com que os encaminhamentos daquela reunião foram feitas: o Comitê, por fim, pediu que então alguém se nomeasse como representante da população em situação de rua, e pediu para que no final da reunião o assistente social do Centro Pop que realiza o grupo Cidadania passasse os nomes dos representantes e suplentes, entre população de rua e trabalhadores dos serviços, para o Comitê. A resposta por parte de alguns trabalhadores dos serviços e pessoas em situação de rua foi de que antes

seria importante, pois mais democrático, que fosse feita uma assembleia para nomear tais representantes.

Ao final desta reunião da executiva, seria a reunião geral do Comitê, em que todos que não o compõe precisaram se retirar, e, então nos reunimos na frente da prefeitura para conversar do acontecido. Tiramos daquela conversa uma data para realizar a assembleia da pop rua para eleger as representações para o comitê, a data seria para dali a três semanas, para que houvesse tempo para ampla divulgação da mesma. Ampliamos, também, o convite para participação do grupo Cidadania que então ocorreria na praça do Largo do Pará nas próximas semanas, e cuja pauta seria a organização da assembleia.

Em paralelo a isso, chegou através do assistente social do Centro Pop, um convite do Movimento Nacional da Pop Rua (MNPR) para o Encontro da Região Sudoeste do Movimento Pop Rua, que tem como objetivo a formação política e fortalecimento do movimento através do apoio dos coletivos dos municípios que estão mais organizados para com os que estão começando a se articular.

Esse convite chegou para este assistente social pois o Movimento Pop Rua de Campinas naquele momento estava desarticulado, e o MNPR tinha o contato deste profissional enquanto apoiador do movimento de Campinas quando este era ativo. O assistente social levou então o convite ao grupo Cidadania do Centro Pop, uma vez que este tem sido um grupo que têm estudado o tema das políticas públicas para a pop rua, e iniciado uma articulação para realização de ações políticas. Foi possível articular com a prefeitura de Campinas, um transporte de seis lugares para ir ao evento, com isso foi preciso decidir entre interessados sobre quem iria.

Como o grupo Cidadania é um grupo aberto, haviam alguns participantes que tinham estado em todos os encontros a tempo maior, outros a um tempo menor, outros participam pontualmente de um ou de outro encontro, e, no dia de fazer a decisão sobre quem iria ao evento, um homem que já esteve em situação de rua e era ativo no Movimento Pop Rua quando este era ativo em Campinas, compareceu ao encontro dizendo que gostaria de participar do evento.

Não foi uma decisão tranquila, mas o grupo tomou por critério de que quem estivesse participando dos encontros de forma mais frequente e a mais tempo teria preferência para ir ao encontro, com exceção do recém-chegado àquele grupo mas que já tinha uma aproximação com o movimento pop rua. O grupo fez uma conversa sobre como as pessoas que então iriam teriam que ter compromisso com a proposta do evento, em estar lá de forma participativa para que pudessem trazer retornos para aqueles que não pudessem ir, de forma a fortalecer a reestruturação do Movimento Pop Rua em Campinas.

O Encontro Sudoeste do Movimento População em Situação de Rua (MNPR) aconteceu na cidade de Santos-SP em três dias, quatro períodos, foi bem denso no sentido formativo, com diversas mesas de palestras e rodas de conversa. Estavam presentes participantes de diversas cidades: Campinas-SP, Santos-SP, Praia Grande-SP, São Vicente-SP, São Paulo-SP, Osasco-SP, Mogi das Cruzes-SP, Vitória-ES e os representantes da coordenação do MNPR dos estados de SP e de Santa Catarina. Houveram mesas e rodas de conversa temáticas sobre alguns temas que perpassam pela população em situação de rua,

e sobre as políticas públicas voltadas para esta população, como saúde, assistência social, moradia, segurança pública, defensoria pública, e também outros temas como militância e articulação intersectorial.

Houveram também espaços de troca entre, os presentes das diferentes cidades, em que foi possível compartilhar como está o Movimento Pop Rua em cada lugar, como se organizam, quais as estratégias, quais as dificuldades, quais as pautas e ações, etc. Também houveram apresentações culturais, e falas de lideranças do movimento, muito fortes, críticas e propositivas.

Os participantes que integravam o grupo Cidadania estiveram durante todo o evento de forma ativa e comprometida com a proposta, participando das discussões nas rodas temáticas e em outros momentos, fazendo contatos com as pessoas de outros lugares. Surgiram algumas questões referentes à dinâmica daquele coletivo, em que eu e o assistente social do Centro Pop entramos como mediadores, e a própria discussão destas questões se faziam como espaços de formação política, uma vez que se referiam sobre o compromisso com o coletivo no Movimento Social.

Os dois encontros seguintes do grupo Cidadania foram na praça Largo do Pará, na metade da manhã, em meio ao campo fixo de atendimento do Consultório na Rua. O grupo que já vinha participando com mais frequência do Cidadania chegou, trazendo outras pessoas que convidaram ao longo da semana, também vieram algumas outras pessoas em situação de rua e alguns profissionais da assistência social que estavam na reunião da executiva do Comitê. Fizemos uma roda na praça, o assistente do centro pop levou alguns materiais sobre direitos sociais que espalhamos no meio da roda. A movimentação e o agrupamento chamou atenção, algumas outras pessoas em situação de rua que ali estavam iam se aproximando.

Começamos a reunião contando um pouco sobre que atividade era aquela, e a trajetória deste último mês do grupo Cidadania. Os participantes que acompanharam todo este processo compartilharam como têm sido as ações para a participação do Comitê Pop Rua, e como foi o Encontro no Movimento Pop Rua, além de fazer falas sobre a importância da organização coletiva para ter força para fazer concretizar os direitos da população em situação de rua. Houve uma roda de conversa em que várias pessoas se colocaram, compartilharam experiências de como a falta da garantia dos direitos está muito presente no cotidiano e como uma falta afeta tantas outras instâncias da vida.

Eu e o assistente social, enquanto mediadores daquele encontro, não precisamos intervir muito, o grupo se auto-regulava na discussão, enquanto que nós fazíamos a intermediação entre os assuntos e falas trazidos, e em alguns momentos direcionávamos a discussão para o que era preciso ser feito para organizar a assembleia para a escolha dos representantes da população em situação de rua para o Comitê Pop Rua, uma vez que tendo esta representatividade lá, seria um espaço de levar todas estas discussões para a negociação com a prefeitura.

Algumas ideias para ampliar as discussões surgiram, como um jornal da pop rua, como já acontece em outras cidades, para circular informações. Para o imediato de divulgação da assembleia que estava marcada, vários participantes

levaram consigo papéis de divulgação para distribuir para a pop rua nos lugares de concentração das mesmas, e em outros serviços que muitos frequentam, como os CAPS (Centros de Atenção Psico-Social).

Na semana seguinte, a reunião foi parecida, pois tinha a mesma intenção. Nesta compareceram ainda mais pessoas, também havia uma bandeira do Movimento Pop Rua no espaço, e fizemos um varal em que penduramos um cartaz com a divulgação da assembleia que seria, então, na semana seguinte, e com alguns questionamentos: “O que é Cidadania?”. Eu e o assistente social do Centro pop, após darmos uma contextualizada para os que participavam pela primeira vez sobre o que era aquela atividade e qual era a pauta, explicamos brevemente o que era o Comitê e sobre Controle Social.

A dinâmica da praça pública é bem diferente da de um lugar fechado - como é o Centro Pop. Várias pessoas se aproximavam, algumas permanecem durante todo o encontro, algumas enquanto ouvintes, outras participam de forma ativa. Por vezes alguns se aproximam sob efeito de álcool, e participavam de maneiras um tanto desprendidas do assunto do momento.

Assim, eu e o assistente social contribuíamos na função de mediação do grupo, inclusive fazendo a costura de alguns temas com os temas Controle Social através dos espaços formais (como o Comitê Pop Rua) e desinstitucionalizados (como os movimentos sociais). A conversa, como de esperado, circulou pelos temas das vivências de cada um que diziam da não concretização de direitos, e o próprio grupo na maior parte do tempo ia organizando suas falas e fazendo as costuras de temas, e dando contorno a situações em que alguns participantes se exaltavam.

Certo momento, um participante coloca que acha ruim quem estiver bêbado estar neste encontro pois pode atrapalhar. O assistente social do Centro Pop coloca que temos que pensar em formas de que as pessoas possam participar da forma como conseguirem, sem excluirmos a participação de ninguém, mas de forma que não crie uma situação ruim para a proposta do encontro. Os participantes concordaram, e alguns colocaram que aquele momento era para todos e quanto mais pessoas abranger melhor, mas que no caso de alguém que seja representante, é importante alguém que tenha compromisso de estar nas reuniões importantes sem ter feito uso de substâncias, e que “tudo bem ele estar mal em algum momento da vida, mas que em momentos que está representando o coletivo precisa estar bem”.

Falamos sobre como os representantes precisam, além de estarem compromissados com as responsabilidades, estar em contato com as outras pessoas em situação de rua para de fato representarem aquele coletivo, e não apenas suas opiniões próprias. Além disso, foram feitas falas sobre quem for representante precisam ser pessoas que estejam pensando “em prol” do coletivo, da cidadania das pessoas em situação de rua, e não em benefício e “ego” próprio. Estas falas ilustram uma das faces do que Pinzani (2009) e Melo (2019) coloca como solidariedade cívica, e um princípio da práxis dos oprimidos para a mobilização coletiva na luta pela transformação de opressão (Freire, 1994).

Foram feitas falas muito interessantes, alguns participantes colocavam a necessidade da população em situação de rua se unir:

“Se ficar cada um vivendo só seu mundinho e reclamando quando essas coisas ruins acontecem nada vai mudar, só vai piorar, se a gente se junta a gente consegue exigir nos lugares certo que seja diferente”. Essa fala, vinda após todas as discussões que estavam sendo feitas, ilustra o que Paulo Freire coloca como essencial: “a radical exigência – a da transformação objetiva da situação opressora – combatendo um imobilismo subjetivista que transformasse o ter consciência da opressão numa espécie de espera paciente de que um dia a opressão desapareceria por si mesma” (FREIRE, 1994, p.20)

Outras falas interessantes foram feitas, que iam no sentido da não fragmentação do coletivo para que a luta tenha mais força: “eu não tô mais na rua, mas eu vim da rua, então tô junto nessa luta”; “é bom que a gente se lembre que mesmo quem não tá na rua, mas tá em casa de passagem por exemplo, tá em situação de rua, todo mundo que não tá numa casa tá em situação de rua, a gente não pode se segregar”.

Ao final, reiteramos a importância de divulgar a assembleia da semana seguinte para o máximo de pessoas em situação de rua possível.

Olhando para esta trajetória de forma processual, é possível perceber a formação de uma grupalidade construída à partir das atividades coletivas realizadas pelos serviços de assistência foi importante para criar um senso de coletividade entre os participantes dos encontros do grupo de Cidadania, que, mesmo aqueles que não participaram de toda a articulação para a participação no Comitê, progressivamente passaram a se colocar com discursos de coletivização das problemáticas e da força da organização coletiva.

Assim, é perceptível que os participantes dos encontros do grupo Cidadania foram tomando posicionamentos críticos em relação às opressões que vivenciam, para além de compartilharem experiências pessoais de opressão vividas, aos poucos passavam a articulá-las às ideias de justiça social, direitos humanos, direito sociais e cidadania, usando das vivências pessoais como exemplo, porém com discurso menos individualizado e mais coletivo. Juntamente a esta visão crítica sobre as opressões vividas de forma concreta, também passaram a se colocar dispostos a se organizar, tendo em vista “a radical exigência da transformação da situação concreta que gera a opressão” (FREIRE, 1994, p.20)

No dia da assembleia para indicação dos representantes pop rua para compor o Comitê do Plano Municipal da População em Situação de Rua, que aconteceu no Centro Pop, estavam presentes 27 pessoas em situação de rua, e mais 15 outras pessoas, entre trabalhadores de serviços da assistência social e da saúde, um coordenador da média complexidade da assistência social - que compõe o Comitê da Pop Rua -, conselheiro municipal de assistência social, comerciantes freis. Não estava claro, para todas estas pessoas, qual era o objetivo daquela assembleia: os comerciantes foram a procura de saber informações sobre as políticas públicas para a população em situação de rua, os freis e trabalhadores foram, aparentemente, como apoiadores das causas da população em situação de rua, e talvez alguns trabalhadores tivessem a ideia de que ali também sairia indicações de sua categoria.

Essa composição da assembleia, em que na apresentação pessoal de cada um surgiram falas como a dos comerciantes:

“estamos aqui tentando entender o que é que se pode fazer para a população de rua, porque a gente entende que precisa ter muita coisa pra vocês que não tem, mas ao mesmo tempo complica bastante o nosso lado quando o pessoal dorme na frente do comércio, deixa as coisas lá, urina... a gente queria ver como resolver de um jeito que fique bom pra todo mundo”;

ou as dos freis:

“eu sou frei e sou formado em serviço social, e acredito que para além da caridade, temos que promover juntos justiça social, porque, afinal, somos todos da mesma classe social, somos todos classe trabalhadora”

Remetem a ideia de política enquanto forma mediadora das relações sociais, enquanto pactuação social sobre aquilo que será coletivamente assumido e meio pelo qual os cidadãos de um determinado Estado conquistam direitos para a vida em sociedade, e como, para isso o componente democrático é central na discussão (MALFITANO; LOPES, 2014, p.16), e aquele espaço, uma assembleia para escolher representantes da população em situação de rua para compor o Comitê Pop Rua, porém com a presença de diversos outros segmentos sociais, precisaria ser conduzido com muito cuidado, pois a democracia não está dada pelo formato da reunião, é preciso o agir democrático nas relações, nas diversas situações.

O assistente social do Centro Pop e eu conduzimos a reunião, de forma que eu abrindo e mediando inicialmente uma discussão sobre Controle Social, o que naturalmente se desdobrou em diversos outros assuntos.

Uma mulher em situação de rua colocou que em sua opinião é preciso sentir na pele o que é estar em situação de rua para de fato entender a necessidade desta população, o que gerou um debate sobre o tema, em que algumas pessoas colocavam que não concordavam, pois é possível ser defensor das pautas de um grupo sem necessariamente pertencer a ele, outros ponderaram que até concordavam que se não se passa pela situação realmente não haverá como a pessoa saber de fato o que é estar nela, por isso a impotência de que a população de rua fale por si, mas que não tira a importância do apoio das outras pessoas que não se encontram nessa condição.

Esta discussão sobre se é necessário estar na mesma posição de opressão para entendê-la de fato e agir sobre ela me remete ao que Paulo Freire (1994) coloca sobre falsa generosidade por parte daqueles que não fazem parte daquele grupo oprimido, que, ao em vez de contribuírem para a transformação da opressão, reiteram a opressão ao se entenderem como mais entendidos daquela opressão do quem de fato as vivencia. Entretanto, Paulo Freire também afirma que é possível que sujeitos que não fazem parte daquele determinado grupo oprimido componham a luta pela transformação da situação de opressão, porém isso só é possível se tal composição seja na direção de apoiar os oprimidos nessa luta: “Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida” (FREIRE, 1994, p.17).

Esse debate levou à discussão sobre a importância de não estar aberto apenas para a sua necessidade, mas para a da diversidade de pessoas, como por exemplo as especificidades das mulheres, dos negros, e da população LGBT.

Disso, houveram falas sobre a importância de cada um “sair de sua zona de conforto” e “fazer sua parte”, exemplificando com o olhar para a diversidade e o compromisso de estar em coletivo construindo o controle social.

Essa fala foi endossada por diversos outros participantes da assembleia, todos em situação de rua, com falas no sentido de “precisamos de cada vez mais gente para nos fortalecer, e hoje já temos mais pessoas do que a um mês atrás discutindo essas pautas, tanto pessoas da rua como outras”, e de que “não adianta ficar só na lamentação, precisa ter compromisso de acordar cedo, ir nas reuniões, fazer o que se comprometeu”. Então, um dos participantes, em situação de rua, perguntou como é que se faz para avançar na prática.

Com isso, o assistente social do Centro Pop conduziu a segunda parte da reunião, começando por uma explicação sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, seguiu explicando sobre a Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua, e chegando ao Decreto Municipal referente ao Plano Intersetorial de Atenção à População em Situação de Rua, e sobre o Comitê Gestor Municipal Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento deste Plano.

Em seguida, fez uma breve retomada sobre as ações que o grupo de Cidadania que ocorre no Centro Pop com a parceria do Consultório na Rua, e mais outras pessoas em situação de rua articuladas têm realizado no sentido de tensionar com o Comitê Municipal a necessidade de participação civil em sua composição, para além do convite pontual de participação enquanto consulta à sociedade civil. Foi compartilhada sobre a participação na última reunião da Executiva do Comitê, e que não havia ficado claro por parte do Comitê quantas cadeiras seriam da sociedade civil, mas que por parte da população em situação de rua e apoiadores da sociedade civil havia sido apontado que seria realizada a então assembleia para a indicação de representantes.

Houve uma discussão sobre a responsabilidade que é ser representante neste Comitê, que é necessário que a pessoa esteja compromissada com o coletivo, a fim de não levar apenas opiniões próprias mas que de fato representem as demais pessoas em situação de rua, e que cumpra com seus compromissos. Em seguida, aqueles que teriam interesse de ser representante da pop rua no Comitê se apresentou. Foram doze pessoas, entre negras e brancas, duas mulheres e dez homens todas cis-gênero, nem todas heterossexuais.

Com isso, finalizou-se a assembleia combinando que todos, principalmente os interessados em serem representantes, participassem da próxima reunião da Executiva do Comitê na semana seguinte, a fim de negociar o maior número de cadeiras no Comitê possível - de preferência, seguindo as políticas Nacional e Estadual, com participação paritária entre poder público e sociedade civil. Foi feito o combinado de chegar com uma hora de antecedência para que se pudesse afinar a forma de levar as deliberações à reunião da Executiva.

Assim, na semana seguinte, uma hora antes da reunião da Executiva do “Comitê Pop Rua”, estavam presentes nove das doze pessoas em situação de rua que se colocaram como interessados em ser representantes no Comitê Pop Rua, além de mim e do assistente social do Centro Pop. Dos três que não compareceram, dois justificaram a ausência, e outras pessoas em situação de rua

que não se candidataram à representação não compareceram também. Nesta pequena reunião, retomamos o que havia ocorrido na assembléia da semana anterior, e a não clareza sobre qual abertura o Comitê estava dando para a composição da sociedade civil (quantas representações e quem seriam estas representações, entendendo que a “sociedade civil” pode abarcar tanto a população em situação de rua quanto outros segmentos sociais).

Tirou-se dali alguns posicionamentos: que o grupo tensionaria para que houvesse pelo menos três cadeiras de representação da população em situação de rua no Comitê, e que este grupo de nove pessoas decidiria entre si sobre quem seriam, dentre eles, os representantes e suplentes, uma vez que consideraram que quem ali estava era quem estava de fato engajado com a luta em prol dos direitos da população de rua.

Com isso, seguimos para a então 38ª reunião da Coordenação Executiva do Comitê do Plano Municipal Intersetorial de Atenção à População em Situação de Rua, em que estavam presentes o representante do gabinete do prefeito, da assistência social, da segurança pública, da diretoria técnica, da secretaria de serviço público e da diretoria técnica do Comitê Pop Rua, as nove pessoas em situação de rua, três trabalhadores de serviços de atenção à pop rua, outras quatro pessoas da sociedade civil (entre elas representantes da arquidiocese e do fórum de direitos humanos), e uma vereadora parceira das bandeiras da população em situação de rua.

Primeiramente foi esclarecido como se daria a participação da sociedade civil naquele comitê. O Comitê, ao mesmo tempo que se colocou aberto para todas as representações que quisessem compor de fato, de forma compromissada, também colocou de forma fatídica de que aquele formato composição do Comitê foi o que foi possível para sua construção, na gestão municipal vigente, reiterando que está previsto que sua composição seja apenas pelo poder público, através da representação de quinze secretarias, e que a sociedade civil seria convidada a *participar* de algumas reuniões, não prevendo que necessariamente haja representação paritária entre sociedade civil e poder público na composição do Comitê.

Por parte da sociedade civil, houve uma problematização sobre o número de cadeiras para a mesma não ser paritária ao do poder público, uma vez que o peso das colocações da sociedade civil estaria em desvantagem dentro da arena política, podendo acarretar numa impotência da população em situação de rua. As pessoas em situação de rua presentes se colocaram de forma assertiva e aberta para o diálogo, embasada nas discussões realizadas no grupo de Cidadania referente à composição de outros comitês municipais voltados para a pop rua. Assim foi levantado o questionamento sobre qual é a leitura que este Comitê faz sobre a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, exercendo Controle Social.

Também foi problematizada a diferença entre o Comitê se mostrar aberto para *participações* pontuais da sociedade civil como um todo, em especial a população em situação de rua, das discussões do Comitê, para este ter em sua *composição* a sociedade civil (enquanto movimentos sociais, trabalhadores, e outros, com destaque para a população em situação de rua) neste Comitê para pensar a construção da política municipal para atenção à pop rua.

A vereadora endossou tal colocação reiterando que os pressupostos de toda esta discussão é acreditar que as políticas públicas são mais efetivas quando há a participação direta da população à qual ela se destina, e que, a partir disso, já havia sido solicitada à Câmara dos vereadores a aprovação da mudança no decreto regente que diz sobre o Comitê Pop Rua, mudando a posição da sociedade civil de *participante* para *composição* do Comitê, entendendo como importante a institucionalização desta composição da população em situação de rua na construção da política pública voltada a ela, e que esta requisição ainda estava em andamento.

Após discussão destes pontos, entre Comitê e os demais presentes, o Comitê decidiu por aceitar que três representantes da população em situação de rua passassem a frequentar as reuniões do Comitê afim de contribuir na construção da Política Municipal de Atenção à População em Situação de Rua. Com isso, finalizamos a reunião, e as nove pessoas em situação de rua se reuniram para decidir quem deles seriam os representantes e os suplentes, e passar os nomes ao Comitê. Por parte deles, houve a preocupação de que, entre os três representantes, houvesse uma necessariamente uma mulher e um “LGBT”, a fim de haver mais diversidade entre as representações.

Após tudo isso, havia sobrado eu e oito das nove pessoas em situação de rua que participaram de todo este processo. Estavam cheio de ideias, tanto para divulgar a conquista da representação no comitê e organizar formas de diálogo ampliadas com a população em situação de rua para representar os posicionamentos e reivindicações do coletivo, quanto de ideias de retomada do Movimento Nacional da População em Situação de Rua em Campinas, e outras ideias de ações culturais e políticas que não estavam bem claras de que espaços iriam ser efetivadas.

Coloquei para eles, então, parte de uma inquietação minha que considero muito relevante para pensar questões relacionadas ao mesmos atores em diversos espaços: o que é cada organização/espaço? qual objetivo de cada uma? como cada uma se organiza? o que é falar enquanto representante do MNPR, ou enquanto representante da sociedade civil e população em situação de rua no Comitê da População em Situação de Rua?

Algumas pessoas se posicionaram dizendo que entendiam que tudo deveria ser uma coisa só, uma vez que eram diferentes espaços para luta de uma mesma população. Outras pessoas colocaram que tal mistura é muito delicada, uma vez que cada espaço é perpassado por diferentes fatores, sendo que, mesmo que hajam pessoas que estejam em mais de uma destes lugares, é importante ter clareza do que é que está representando em cada um destes espaços.

Chegamos então a um desenho de possibilidades: Os então representantes da pop rua no Comitê teriam que estar em contato com a pop rua de forma mais ampla para de fato representa-la, então o grupo de Cidadania poderia ser um espaço para a construção desta ampliação do diálogo entre a população em situação de rua sobre as políticas públicas a ela voltadas. A estratégia de realizar o grupo em locais públicos como a praça do Largo do Pará tem sido avaliada pelo grupo como positiva para a agregação de mais pessoas, e passou a ser realizada em outros espaços públicos onde há a aglomeração de pessoas em situação de rua, como por exemplo na frente da catedral principal do centro da cidade.

Conversamos também - ainda sobre a diferença dos espaços mesmo que em vários deles com os mesmos atores - como embora os serviços de atenção à pop rua poderem ser apoio ao Controle Social, eles não se configuram nem se organizam da mesma forma que um Movimento Social, pois o MNPR é desinstitucionalizado.

Havia um desejo explícito daquele grupo de retomar também o Movimento Social, e haviam pessoas que não estão em situação de rua, entre eles alguns trabalhadores dos serviços de atenção a essa população, que têm o interesse de apoiar esta retomada do movimento em Campinas, e parte dos interessados (em situação de rua ou não) participou do encontro do MNPR em Santos ou de outros em outros momentos, fizemos contatos com núcleos do Movimento que estão mais estruturados em outras cidades, e que poderiam auxiliar com ideias de estratégias para esta retomada em Campinas.

Após o dia da escolha dos representantes da pop rua no Comitê, estes têm se organizado de forma autônoma para analisar materiais que o Comitê disponibilizou sobre a avaliação do que já está sendo feito, e eleger frentes prioritárias para discutir nas reuniões que participarão, e para isso levaram essa organização para ser discutida de forma mais ampla no grupo de Cidadania, agregando a opinião dos demais participantes.

Outra forma que está sendo pautada pelo grupo para ampliação do diálogo da pop rua sobre temas referentes à cidadania, é o retorno fóruns da população em situação de rua, com o apoio ao Controle Social por parte dos serviços de atenção à população em situação de rua como o Centro Pop, o Consultório na Rua e as Casas de Passagem.

É bastante perceptível na consistência e segurança do discurso, na forma de se colocar nos espaços de discussão e na articulação e autonomia de organização coletiva, dos participantes do grupo Cidadania, a progressão da apropriação sobre seus direitos e de como lutar para sua efetivação.

O grupo Cidadania tem sido um espaço para a educação política, na perspectiva da pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, em que, segundo Paulo Freire (1994), num primeiro momento os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação, e num segundo momento, transformada a realidade opressora, “esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação” (FREIRE, 1994, p.23).

Acredito que estes dois momentos não são lineares, mas dialéticos, e que estão acontecendo com o grupo de Cidadania durante todo este processo, no sentido da cidadania plena, pelo desenvolvimento emancipatório, destruindo a pobreza política tanto pela criação de consciências críticas individuais quanto pelo desenvolvendo a coletividade organizada.

Todo este processo tem me gerado reflexão constante sobre qual meu papel com este grupo, no lugar social em que me encontro: uma pessoa que não está em situação de rua, trabalhando em um serviço público de assistência à população em situação de rua, mediando uma atividade a fim de contribuir com a construção da cidadania plena dos participantes, e de apoiar a organização coletiva de um movimento social do qual, embora pertença à classe trabalhadora

assim como os trabalhadores em situação de rua, não me encontro na mesma condição social que estas pessoas neste momento.

Recorri bastante a Paulo Freire para pensar minha prática, pois, como já citado, o autor contribui com esta reflexão-ação:

Num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários. Mas, a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é um que fazer, isto é, quando também não se dicotomiza da reflexão. Esta, necessária à ação, está implícita na exigência que faz Lukács da “explicação às massas de sua própria ação” – como está implícita na finalidade que ele dá a essa explicação – a de “ativar conscientemente o desenvolvimento ulterior da experiência”. Para nós, contudo, a questão não está propriamente em explicar às massas, mas em dialogar com elas sobre a sua ação. De qualquer forma, o dever que Lukács reconhece ao partido revolucionário de “explicar às massas a sua ação” coincide com a exigência que fazemos da inserção crítica das massas na sua realidade através da práxis, pelo fato de nenhuma realidade se transformar a si mesma. A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos (FREIRE, 1994, p.22).

Nesse “pensar dialético ação e mundo, mundo e ação”, tenho aprendido muito com os diferentes saberes, vivências e visões de mundo dos participantes do grupo, e acredito que também contribuí com meu acúmulo de saberes, na direção de uma leitura crítica e implicada com as questões sociais, e enquanto articuladora social no apoio para a organização coletiva para ampliação das possibilidades de participação política deste grupo.

5. Considerações Finais

Fazendo uma reflexão sobre os diferentes momentos e formatos que as ações foram sendo experimentadas, penso que a proposta se fez mais potente quando houve a formação de uma grupalidade entre alguns participantes do grupo Cidadania, pois esta grupalidade sustentou novas propostas e organizações coletivas na luta pela participação política e controle social das políticas públicas. E esta coletividade se formou a partir das atividades realizadas primeiramente no Centro Pop, depois articuladas intersetorialmente com o Consultório na Rua.

Penso que muitas questões perpassam por este cenário: o fluxo do trabalho do Consultório na Rua é bastante dinâmico, assim como o próprio fluxo da rua, sendo difícil iniciar atividades coletivas partindo do “um a um”. Assim, na medida que um grupo, mesmo que pequeno, já formado se aglomera em praça pública, outras pessoas vão se aproximando e permanecendo na atividade.

Avalio também a potência da parceria na mediação do grupo e da articulação intersetorial, pois foi possível desfragmentar um pouco e fortalecer o trabalho pela ampliação da cidadania da população em situação de rua. Reitero a

importância de realizar o trabalho na perspectiva da justiça social, do apoio à luta pela cidadania e controle social, através da educação política.

Tenho me reconhecido como par, enquanto classe trabalhadora, e ao mesmo tempo diferente, enquanto posição social (por exemplo) de pessoa que não está em situação de rua. Como é dialética a compreensão crítica sobre a realidade social e a ação na direção da mudança desta, tenho aprendido muito neste caminhar, revendo sempre minha posição social e o qual minha contribuição na luta pela justiça social, e qual minha responsabilidade enquanto trabalhadora em um serviço público e com uma população que se encontra em diversas vulnerabilidades sociais.

E juntos temos construído e aprendido como organizar e mediar coletivamente os conflitos de interesses nas diferentes arenas políticas que temos experienciado. Também, tivemos a possibilidade de ocupar de outros jeitos os espaços da cidade - a academia campineira de letras, as praças, a prefeitura, as negociações com o poder público -, e também nos experimentar como é construir e estar no coletivo, nas diversas relações, e na diversidade dos jeitos de ser e estar na vida, na direção de construir uma sociedade mais democrática e justa. mundo.

6. Referências:

BENEVIDES, M. V. **Cidadania e direitos humanos**. IPEA: instituto de Estudos Avançados. 1998. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos. Acesso em 28 out 2019. <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>

BENEVIDES, M.V. direitos humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, R.M.G. et al. **Educação e direitos humanos**: fundamentos teóricos metodológicos. João Pessoa-PB: Editora Universitária, 2007. p.335-350.

Brasil. Ministério da Saúde. Decreto n. 7053 de 23 de Dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Dez, 2009.

Brasil. MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. 240p.

Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica – PNAB/Portaria Nº 2.488, Out, 2011

Brasil. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop: SUAS e População em Situação de Rua. v. 3. 2011. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf> Acesso em: dez 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 122 de 25 de janeiro de 2012. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, previstas pela Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que atualiza a Política Nacional de Atenção Básica. Jan. 2012.

Campinas. Prefeitura Municipal. Decreto nº19.874 de 14 de maio de 2018. Dispõe sobre o plano Plano Intersectorial de Atenção à População em Situação de Rua e dá outras providências. Disponível em: <///C:/Users/Cliente/Downloads/DM_19874_14_05_2018.pdf> Acesso em: dez 2019.

DALLARI, D.A. O Brasil rumo à sociedade justa. In: SILVEIRA, R.M.G. et al. **Educação e direitos humanos: fundamentos teóricos metodológicos**. João Pessoa-PB: Editora Universitária, 2007. p.29-49.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e assistida**. Campinas-SP: Autores Associados, 1995.

DIAS, J. P. **Para além da justiça: a solidariedade em Habermas e Levinas**. Kínesis, Vol. VIII, nº 16, Julho 2016, p.196-206.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 23ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra, 1994

JÚNIOR, L.R.G.C.; COSTA, J.R.C. Barreiras à cidadania nas políticas sociais para a população em situação de rua. **Revista Brasileira de Políticas Públicas** (Online), Brasília, v. 6, nº 2, 2016 p. 236-249

LOPES, R.E. Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. In: LOPES, R.E.; MALFITANO A.P. **Terapia Ocupacional Social desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos-SP: Edufscar, 2016.

MALFITANO, A.P.; LOPES, R.E. Direitos Humanos, Direitos Sociais e Cidadania: à guisa de um debate. In: SILVA, C.R. **Direitos Humanos para a diversidade: Construindo** espaços de arte, cultura e educação. Brasília-DF: Editora São Jorge, 2014.

MALFITANO, A.P. Contexto social e atuação social. In: LOPES, R.E.; MALFITANO A.P. **Terapia Ocupacional Social desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos-SP: Edufscar, 2016.

MELO, A. L. S. **O processo de constituição do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento de Políticas Públicas para População em Situação de Rua do Estado de Goiás: avanços e desafios**. 2019. 137 f.

Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

PINZANI, Alessandro. **Reconhecimento e solidariedade**. GT - Teorias da Justiça / Anpof, Florianópolis, v.8, n.3, p.101-113, maio-2009.

TELLES, V.S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Revista USP, São Paulo, v.37, p.34-45, 1998.